

# SUMÁRIO

## PARTE I – TEORIA

<b>1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES .....</b>	<b>21</b>
1.1. Conceituação e o objeto da sucessão hereditária .....	21
1.2. Da abertura da sucessão .....	24
1.3. A morte no ordenamento jurídico brasileiro .....	28
1.3.1. Morte real .....	29
1.3.2. Morte presumida sem declaração de ausência .....	31
1.3.3. Morte presumida com declaração de ausência .....	32
1.3.4. Comoriência e suas conseqüências no Direito das Sucessões .....	41
1.4. Lugar da abertura da sucessão .....	46
1.5. Legislação aplicável e legitimação para suceder .....	48
1.6. A sucessão dos bens digitais .....	48
<b>2. MODALIDADES GERAIS DA SUCESSÃO <i>MORTIS CAUSA</i> .....</b>	<b>65</b>
2.1. Quanto à fonte .....	65
2.2. Quanto à destinação dos bens da herança .....	68
<b>3. DA HERANÇA E SUA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>71</b>
3.1. Características gerais .....	71
3.2. Aceitação .....	75
3.2.1. Expressa .....	77
3.2.2. Tácita .....	77
3.2.3. Presumida .....	79
3.3. Renúncia .....	81
3.4. Cessão de direitos hereditários .....	92
3.4.1. Disposições gerais .....	92
3.4.2. Síntese das características da cessão de direitos hereditários .....	106
3.5. Quadro comparativo entre renúncia e cessão de direitos hereditários .....	106
<b>4. CAPACIDADE SUCESSÓRIA .....</b>	<b>107</b>
4.1. Sucessão legítima .....	107

4.2.	Sucessão testamentária .....	112
<b>5.</b>	<b>EXCLUSÃO DA SUCESSÃO .....</b>	<b>121</b>
5.1.	Indignidade .....	121
5.2.	Deserdação .....	130
5.3.	Quadro comparativo entre indignidade e deserdação .....	139
5.4.	ampliação do rol de possibilidades de exclusão da herança .....	140
5.5.	Alienação parental como causa de exclusão sucessória .....	148
5.6.	Novas hipóteses de indignidade e deserdação no anteprojeto de atualização do Código Civil de 2002 .....	150
<b>6.</b>	<b>SUCESSÃO LEGÍTIMA .....</b>	<b>153</b>
6.1.	Noções gerais .....	153
6.2.	Modos de suceder e partilhar a herança .....	154
6.2.1.	Modos de suceder: direito próprio, representação ou transmissão .....	154
6.2.2.	Modos de partilhar a herança: cabeça, estirpe ou linha ....	156
6.2.3.	Direito de representação nos casos de comoriência entre ascendente e descendente, ou entre irmãos .....	159
6.3.	Sucessão dos descendentes .....	162
6.3.1.	Da sucessão dos descendentes em geral .....	162
6.3.2.	Da sucessão na multiparentalidade .....	167
6.4.	Sucessão dos ascendentes .....	173
6.4.1.	Sucessão dos pais .....	174
6.4.2.	Sucessão dos pais nas hipóteses de vínculo multiparental .....	175
6.4.3.	Sucessão dos avós e dos demais ascendentes .....	176
6.4.4.	Sucessão dos avós nas hipóteses de vínculo multiparental .....	178
6.5.	Sucessão do cônjuge e do companheiro .....	181
6.5.1.	Disposições gerais .....	181
6.5.2.	Renúncia de herança no pacto antenupcial ou convencional .....	184
6.5.3.	Sucessão exclusiva do cônjuge e do companheiro .....	196
6.5.4.	Sucessão do cônjuge e do companheiro com descendentes .....	198
6.5.4.1.	Relacionamento norteadado pela comunhão parcial de bens .....	198
6.5.4.2.	Relacionamento norteadado pela comunhão universal de bens .....	204
6.5.4.3.	Relacionamento norteadado pela separação convencional (total ou absoluta) de bens ....	208
6.5.4.4.	Relacionamento norteadado pela separação obrigatória (legal) de bens .....	213

6.5.4.5.	Relacionamento norteado pela participação final nos aquestos .....	227
6.5.4.6.	Relacionamentos norteados por regimes de bens mistos .....	231
6.5.4.7.	Modificação do regime de bens no curso do relacionamento afetivo .....	233
6.5.4.8.	Síntese do direito de concorrência do supérstite com os descendentes .....	235
6.5.4.9.	Modo de partilha na concorrência do supérstite com descendentes .....	235
6.5.5.	Sucessão do cônjuge e do companheiro com ascendentes .....	238
6.5.5.1.	Concorrência do supérstite com ambos os sogros .....	239
6.5.5.2.	Concorrência do supérstite com apenas um dos sogros .....	241
6.5.5.3.	Concorrência do supérstite com avós, bisavós ou outros ascendentes .....	242
6.5.5.4.	Resumo da concorrência do supérstite com ascendentes .....	245
6.5.5.5.	Concorrência do sobrevivente com os ascendentes nas hipóteses de multiparentalidade .....	245
6.5.6.	Requisitos para a participação do supérstite na herança .....	249
6.5.7.	Anteprojeto de atualização do Código Civil de 2002 e a exclusão da concorrência sucessória do cônjuge e do companheiro .....	254
6.5.8.	Direito real de habitação .....	257
6.5.8.1.	A sua previsão legislativa no direito brasileiro .....	257
6.5.8.2.	Aplicação às uniões homossexuais, paralelas e poliafetivas .....	268
6.5.9.	Síntese dos direitos assegurados ao supérstite nos autos do inventário e partilha .....	273
6.6.	Sucessão dos colaterais .....	274
6.6.1.	Sucessão dos irmãos .....	275
6.6.2.	Sucessão dos sobrinhos e tios .....	280
6.6.3.	Sucessão dos tios-avós, sobrinhos-netos e primos .....	282
6.7.	Sucessão do companheiro e os motivos da inconstitucionalidade do artigo 1.790 do Código Civil .....	282
<b>7.</b>	<b>HERANÇA JACENTE E VACANTE .....</b>	<b>295</b>
7.1.	Disposições gerais .....	295
7.2.	Esquema sobre herança jacente e vacante .....	303
<b>8.</b>	<b>SUCCESSÃO TESTAMENTÁRIA .....</b>	<b>305</b>

8.1.	Disposições gerais .....	305
8.2.	Disposição testamentária e o respeito à legítima .....	319
8.3.	A inconstitucionalidade do artigo 1.790 do Código Civil e o <i>status</i> jurídico do companheiro enquanto herdeiro necessário ou facultativo .....	326
8.4.	Capacidade testamentária .....	331
8.5.	Prazo para a impugnação do testamento .....	336
8.6.	Das formas ordinárias de testamento .....	340
8.6.1.	Público .....	340
8.6.2.	Particular .....	351
8.6.2.1.	Disposições gerais .....	351
8.6.2.2.	Particular em circunstâncias excepcionais ....	358
8.6.2.2.1.	Disposições gerais .....	358
8.6.2.2.2.	É válido um testamento realizado apenas por vídeo ou gravação de áudio? .....	361
8.6.3.	Cerrado .....	363
8.7.	Das formas especiais de testamento .....	367
8.7.1.	Marítimo e Aeronáutico .....	368
8.7.2.	Militar .....	370
8.8.	Do codicilo .....	373
8.9.	Das disposições testamentárias .....	378
8.9.1.	Disposições proibidas .....	379
8.9.2.	Disposições permitidas .....	382
8.9.3.	Limites das disposições com encargo e a impossibilidade de estabelecimento de cláusulas condicionais perpétuas ....	386
8.9.4.	Estipulação de cláusula arbitral .....	388
8.9.5.	A possibilidade de nomeação de curador especial para administrar bens destinados ao filho por herança .....	393
8.9.6.	Interpretação .....	395
8.10.	Cláusulas restritivas .....	399
8.11.	Substituições .....	410
8.11.1.	Substituição ordinária, vulgar ou direta .....	410
8.11.2.	Substituição fideicomissária .....	412
8.12.	Legado .....	418
8.12.1.	Disposições gerais .....	418
8.12.2.	Modalidades .....	419
8.12.2.1.	Legado de coisa certa .....	419
8.12.2.2.	Legado de coisa alheia .....	420
8.12.2.3.	Legado de bens fungíveis .....	420
8.12.2.4.	Legado de bens localizados .....	422
8.12.3.	Espécies .....	423
8.12.3.1.	Legado de imóvel .....	423
8.12.3.2.	Legado de usufruto .....	424

8.12.3.3.	Legado de crédito .....	425
8.12.3.4.	Legado de quitação de dívida .....	426
8.12.3.5.	Legado de dinheiro .....	427
8.12.3.6.	Legado de alimentos .....	429
8.12.3.7.	Legado alternativo .....	431
8.12.4.	Efeitos e pagamento .....	432
8.12.5.	Caducidade .....	434
8.13.	Direito de acrescer entre herdeiros e legatários .....	437
8.14.	Redução das disposições testamentárias .....	441
8.15.	Testamenteiro .....	444
8.16.	Revogação .....	452
8.17.	Rompimento do testamento .....	455
<b>9.</b>	<b>INVENTÁRIO E PARTILHA: TEORIA GERAL .....</b>	<b>461</b>
9.1.	Inventário. Conceito e espécies .....	461
9.1.1.	O inventário como um processo multipolar .....	463
9.2.	Inventário negativo .....	464
9.3.	Inventário como procedimento especial. A adaptação da tutela jurisdicional às necessidades do direito das sucessões .....	465
9.4.	Jurisdição contenciosa ou voluntária? .....	467
9.5.	Cognição no inventário e as questões de alta indagação .....	470
9.5.1.	Cognição no inventário e competência para o reconhe- cimento de união estável .....	475
9.5.1.1.	Suspensão do processo de inventário em virtude de ação de reconhecimento de união estável? .....	476
9.5.1.2.	Desnecessidade de ação de reconhecimento de união estável no curso do inventário? .....	477
9.5.2.	Outros meios para análise de questões de alta indagação no inventário .....	478
9.6.	Meios consensuais de solução de conflitos no inventário e na partilha .....	479
9.7.	Negócios processuais no inventário e na partilha .....	483
9.7.1.	Limites aos negócios processuais no inventário .....	488
9.8.	Tutelas provisórias no inventário e na partilha .....	490
9.8.1.	Perda da eficácia da tutela provisória .....	493
9.9.	Curador especial no inventário .....	495
9.10.	Representação do espólio – o administrador provisório e o inven- tariante .....	497
9.10.1.	Representação pelo administrador provisório .....	497
9.10.2.	Representação pelo inventariante .....	498
9.10.3.	Situação das ações judiciais em que o falecido era parte .....	501
9.10.4.	Representação do espólio extrajudicialmente .....	506

9.11.	Competência .....	506
9.11.1.	Jurisdição internacional exclusiva em inventários de bens situados no Brasil .....	508
9.11.2.	A possibilidade de fragmentação da sucessão quando há bens no Brasil e no exterior .....	510
9.12.	Cumulação de inventários .....	511
9.13.	Recursos no inventário e na partilha .....	514
9.13.1.	Decisões interlocutórias .....	514
9.13.2.	Sentença .....	517
<b>10.</b>	<b>INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL .....</b>	<b>519</b>
10.1.	O alcance do inventário extrajudicial e o novo sentido de acesso à justiça no processo civil brasileiro .....	519
10.1.1.	Controle judicial do inventário extrajudicial .....	523
10.1.2.	Inventário extrajudicial e incapazes .....	525
10.2.	Inventário extrajudicial quando existe testamento .....	525
10.3.	Sobrepartilha extrajudicial ou partilha parcial .....	529
10.4.	Reconhecimento consensual de filiação socioafetiva no inventário extrajudicial .....	529
10.5.	Requisitos para a celebração da escritura pública de partilha .....	530
10.6.	Possibilidade de alvará em inventário extrajudicial .....	534
10.7.	Importantes inovações trazidas pela Resolução nº 452/2022 do CNJ .....	535
<b>11.</b>	<b>INVENTÁRIO JUDICIAL – PROCEDIMENTO .....</b>	<b>537</b>
11.1.	Prazo para abertura e encerramento do inventário .....	537
11.2.	Legitimidade para requerer o inventário e a partilha .....	539
11.2.1.	Legitimidade para pleitear o recebimento de valores devidos em vida ao <i>de cuius</i> e não recebidos .....	541
11.2.2.	Litispendência entre inventários? .....	541
11.3.	Impossibilidade de abertura de inventário de ofício .....	543
11.4.	Intervenção do Ministério Público nos inventários .....	544
11.5.	Requerimento de inventário e partilha .....	545
11.6.	Custas .....	546
11.7.	Nomeação do inventariante .....	548
11.7.1.	Funções do inventariante .....	552
11.7.2.	Remoção do inventariante .....	556
11.7.2.1.	Medidas executivas sobre o inventariante removido. As medidas executivas atípicas ....	561
11.7.3.	Inventariante dativo e os negócios jurídicos processuais .....	564
11.7.4.	Inventariança plúrima .....	571
11.8.	Primeiras declarações .....	572
11.8.1.	Bens a inventariar. O caso dos imóveis sem registro .....	576
11.8.2.	Bens de sociedade de fato .....	577

11.8.3.	Cotitularidade de bens .....	578
11.8.4.	O usufruto estabelecido por ato <i>inter vivos</i> .....	578
11.9.	Citações e intimações .....	579
11.9.1.	Manifestação dos citandos .....	584
11.10.	Admissão de herdeiros no inventário .....	588
11.11.	Avaliação dos bens do espólio .....	589
11.12.	Últimas declarações .....	594
11.12.1.	Responsabilidade sobre despesas de bens usufruídos por herdeiro até a partilha .....	594
11.13.	Sonegação de bens. Aspectos processuais da ação de sonegados .	596
11.13.1.	Termo inicial da prescrição da ação de sonegados .....	600
11.14.	Colações .....	600
11.15.	Pagamento de dívidas .....	606
11.15.1.	Pagamento das dívidas do espólio .....	606
11.15.2.	Pagamento das dívidas dos herdeiros .....	615
11.15.3.	Impossibilidade de o herdeiro responder por dívida do falecido que não deixa bens .....	617
11.16.	Alienação de bens do monte no curso do inventário .....	618
11.17.	Suspensão do inventário .....	620
11.18.	Levantamento de valores do quinhão pelos herdeiros .....	623
<b>12.</b>	<b>O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS .....</b>	<b>625</b>
12.1.	Alíquota .....	626
12.2.	Base de cálculo .....	633
12.3.	Sujeito passivo e lançamento do imposto .....	634
12.4.	Pedido de isenção .....	637
12.5.	Imposto de reposição .....	639
12.6.	Suspensão da exigibilidade do tributo .....	639
12.7.	Imposto na sobrepartilha .....	640
12.8.	O ITD e a EC nº 132/2023 .....	640
<b>13.</b>	<b>DA PARTILHA .....</b>	<b>643</b>
13.1.	Noções iniciais .....	643
13.2.	Antecipação do exercício de direitos sobre bens do espólio .....	644
13.3.	Arbitramento de aluguel .....	647
13.4.	A nomeação do partidor judicial como meio de celeridade do procedimento .....	648
13.5.	Critérios para a realização da partilha judicial .....	651
13.6.	Formal de partilha .....	655
13.6.1.	Direitos da meeira .....	656
13.6.2.	O Tema 809 do STF e a possibilidade de nova decisão no inventário .....	657
13.6.3.	Partilha e titularidade de ações .....	659

13.6.4.	O investimento em plano de previdência privada complementar aberta e partilha .....	660
13.7.	Emenda, anulação e rescisão da partilha .....	661
13.7.1.	Emenda .....	661
13.7.2.	Anulação .....	662
13.7.3.	Rescisão .....	666
13.7.4.	<i>Querela nullitatis</i> e sentença de partilha .....	670
13.8.	Sobrepartilha .....	672
13.9.	Gráfico: procedimento de inventário litigioso .....	677
<b>14.</b>	<b>ARROLAMENTO .....</b>	<b>679</b>
14.1.	Arrolamento sumário. Cabimento e procedimento .....	680
14.1.1.	Disposições gerais .....	680
14.1.2.	Pagamento do imposto .....	683
14.1.3.	Gráfico: procedimento de arrolamento sumário .....	689
14.2.	Arrolamento comum .....	690
14.2.1.	Disposições gerais .....	690
14.2.2.	Gráfico: procedimento de arrolamento comum .....	695
14.3.	Tabela de diferenças entre arrolamento sumário e comum .....	696
<b>15.</b>	<b>ALVARÁ JUDICIAL .....</b>	<b>697</b>
15.1.	Bens que não dependem de inventário .....	697
15.2.	O alvará .....	702
15.2.1.	Alvará independente e alvará incidental .....	703
15.2.2.	Alvará em favor de terceiros .....	704
15.2.3.	Alvará para levantamento de valores ou alienação de bens .....	704
15.2.4.	Desnecessidade de apresentação de certidões negativas....	706
15.2.5.	Venda extrajudicial de bens sem alvará .....	706
<b>16.</b>	<b>OUTRAS AÇÕES SUCESSÓRIAS .....</b>	<b>709</b>
16.1.	Abertura e registro de testamento cerrado .....	709
16.2.	Cumprimento de testamento público .....	712
16.3.	Publicação e cumprimento de testamento particular .....	714
16.4.	Petição de herança .....	716
16.4.1.	Cabimento e legitimidade .....	716
16.4.2.	Prazo .....	719
16.4.3.	Competência .....	722
16.4.4.	Procedimento e natureza da sentença .....	723
16.4.5.	Litispêndia em ações de petição de herança .....	724
16.5.	Ação de prestação de contas pelo inventariante .....	725
16.5.1.	Cabimento .....	725
16.5.2.	Legitimidade e competência .....	726
16.5.3.	Procedimento .....	728

16.5.4. A decisão de complementação das contas prestadas pelo inventariante .....	730
---	-----

## PARTE II – MODELOS

1. Abertura de inventário .....	735
2. Arrolamento sumário .....	737
3. Cumprimento de testamento público .....	740
4. Cumprimento de testamento particular .....	742
5. Escritura de inventário e partilha de bens .....	744
6. Inventário extrajudicial – com adjudicação .....	748
7. Primeiras declarações .....	751
8. Arrolamento sumaríssimo – abertura .....	754
9. Arrolamento sumaríssimo – declarações .....	756
10. Termo de compromisso de inventariante .....	759
11. Requerimento de inventário – existência de filhos menores .....	760
12. Abertura de inventário conjunto .....	762
13. Inventário aberto pelo ministério público .....	764
14. Inventário – com testamento .....	766
15. Requerimento de alvará – FGTS .....	768
16. Requerimento de sobrepartilha .....	770
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>771</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....</b>	<b>783</b>